

DOUGLAS CASSEL.**'É preciso distribuir a riqueza'**

• Diretor executivo do Instituto Internacional de Direitos Humanos, da DePaul University, de Chicago (EUA), entidade que assessora a ONU e a OEA, Douglas Cassel diz que, com a pobreza extrema, as violações aos direitos humanos continuarão.

Carter Anderson

O GLOBO: *O que mudou em relação aos direitos humanos?*

DOUGLAS CASSEL: Primeiro as boas novas: a maioria das violações aos direitos humanos comuns no passado diminuíram muito nas Américas. Com os governos democráticos, não temos mais desaparecidos políticos, guerrilhas e suas atrocidades, com exceção da Colômbia e, até certo ponto, do Peru e do México.

• *E as má notícias?*

CASSEL: A situação econômica para a maioria da população, em muitos países, piorou. Direitos humanos pressupõem direitos econômicos, padrões decentes de vida, com educação e saúde decentes, seguro desemprego. Pelo menos metade da população da América Latina, classificada como pobre, não têm acesso a estes direitos.

• *Quais são as conseqüências?*

CASSEL: Temos esta escalada da violência. Na maioria das cidades, a polícia encontra dificuldades para lidar com o problema e sofre uma pressão tremenda para cometer excessos e controlar o crime. Acabamos tendo

violações dos direitos humanos: pessoas torturadas, desaparecendo e morrendo. Não porque são de partidos políticos, mas porque moram nas ruas ou são suspeitas de crimes. O Rio é um exemplo disto.

• *O que deve ser feito?*

CASSEL: Começar a resolver os problemas econômicos, é preciso distribuir a riqueza porque, enquanto houver índices extremos de pobreza, haverá desrespeito aos direitos humanos. No Brasil, pelo que sei, temos, se não a pior, uma das piores distribuições de renda do mundo. Segundo: é importante ter uma polícia bem remunerada, treinada e equipada e uma justiça criminal eficiente.

• *O que o senhor achou do retrato do Brasil traçado no relatório da OEA?*

CASSEL: Este relatório deve ser visto como uma tentativa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA de constituir um diálogo com o Brasil. Não deve ser tratado como um interferência de fora, um crítica ao país. Pelo que li nos jornais, não vi novidades. Mas há sempre um hiato entre a visita e a publicação do relatório. Neste caso, o intervalo foi muito grande. Depois da visita, há dois anos, a comissão agregou informações, geralmente coletadas até o início deste ano. Depois disso, tivemos, por exemplo, a aprovação da lei que transfere os julgamentos dos crimes dolosos por policiais militares da Justiça Militar para a Justiça Comum.